

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social paroquial de Sobrado

Sede: Rua Professor Egas Moniz - Sobrado

4550-146 CASTELO DE PAIVA

Natureza da atividade: Atividades de apoio social para Infância S/ alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acrécimo). A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração a dotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa**4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	332,08 €	642,50 €
Depósitos à ordem	9 218,93 €	27 341,01 €
Total Caixa e Depósitos Bancários	9 551,01 €	27 983,51 €

5. Cliente e Fornecedores

As contas de clientes e fornecedores, tinham, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte decomposição

Descrição	Saldo devedor 2016	Saldo credor 2016	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015
Cientes e utentes C/C	17 528,49 €		18 497,02 €	
Total	17 528,49 €	- €	18 497,02 €	
Fornecedores		8 050,60 €		8 225,76 €
Fornecedores investimentos		3 063,66 €		
Total	- €	11 114,26 €	- €	8 225,76 €

6. Impostos e contribuições**6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

Descrição	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017	Saldo devedor 2016	Saldo credor 2016
IVA A RECUPERAR	511,61 €			
Retenção de impostos sobre rendimentos		5 319,00 €		3 625,00 €
Contribuições para a Segurança Social		15 716,21 €		11 990,19 €
Fundos Compensação		5,60 €		13,70 €
Total	511,61 €	21 040,81 €	- €	15 15,19 €

7. Financiamentos Obtidos

Divulgações relacionadas com financiamentos obtidos à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tem seguinte de composição:

Descrição	2017	2016
Passivo não Corrente		
Pe. Alberto Laranjeira	11 500,00 €	11 500,00 €
Fabrica Igreja	40 000,00 €	
Total de Passivo Corrente	51 500,00 €	11 500,00 €

8. Outras contas a receber e a pagar

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Outras contas a receber		
Total	- €	- €
Outras contas a pagar		
Remunerações a Liquidar	551,80 €	471,70 €
Remunerações a Liquidar-Férias e Subsídio Férias	42 283,07 €	66 018,49 €
Água	50,89 €	73,91 €
EDP - Eletricidade	787,64 €	910,02 €
Total	43 673,40 €	67 474,12 €

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 377,10 €	630,47 €
Total	2 377,10 €	630,47 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	- €	- €

10. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Provisões - Débitos Incobráveis	41.376,53 €	41.375,53 €
Total	41.376,53 €	41.375,53 €

11. Inventários

11.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2017	2016
Saldo inicial	441,76 €	547,96 €
Compras	27 012,20 €	31 338,94 €
Saldo final	416,61 €	441,76 €
Gastos do período	27 037,35 €	31 445,14 €

12. Activos fixos tangíveis

Divulgação sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transf.	31-12-2017
Edifícios e outras construções	21 941,10 €				21 941,10 €
Equipamento básico	73 032,01 €	5 844,73 €			78 876,74 €
Equipamento administrativo	19 463,37 €				19 463,37 €
Outros AFT	5 841,38 €				5 841,38 €
AFT em curso					- €
Ativo Fixo Tangível Bruto	120 277,86 €	5 844,73 €	- €	- €	126 122,59 €
Edifícios e Outras Construções	2 500,40 €	438,82 €			2 939,22 €
Equipamento básico	73 032,01 €	2 019,23 €			75 051,24 €
Equipamento de transporte	19 463,37 €				19 463,37 €
Equipamento administrativo	5 841,38 €				5 841,38 €
Outros AFT					- €
Depreciações acumuladas	100 837,16 €	2 458,05 €	- €	- €	103 295,21 €
Ativo Tangível Líquido	19 440,70				22 827,38

13. Fundos patrimoniais

Nos “fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Fundo Inicial	3 551,47 €			3 551,47 €
Resultados transitados	218,06 €	1 959,22 €		2 177,28 €
Total dos Fundos Patrimoniais	3 769,53 €	1 959,22 €	- €	5 728,75 €

14. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de serviços	77 925,97 €	91 719,51 €
Quotas de utilizadores	77 925,97 €	91 719,51 €
Outros rendimentos e ganhos	2 667,35 €	1 554,43 €
Desc.pronto Pag. Obtido	6,92 €	5,00 €
Cor. Rel. Períodos Anteriores	10,83 €	
Donativos		184,00 €
Reembolso Seguros		542,46 €
Reembolso de IVA	1 395,10 €	822,97 €
Subsídio ao Investimento	1 254,50 €	
Total	80 593,32 €	93 273,94 €

15. Subsídios do Governo e apoios do Governo

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	2017				2016		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	não reembolsável			293 257,05			289 189,41
Município Castelo Paiva	não reembolsável			14 479,50			14 830,85
Doações - particulares	não reembolsável			6 509,08			
Total	0,00	0,00	0,00	314 245,63	0,00	0,00	304 020,26

16. Fornecimentos e serviços externos**16.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos**

Para os períodos de 2017 e 2016 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Trabalhos especializados	1 975,33 €	910,20 €
Vigilância e Segurança	146,25 €	146,25 €
Honorários	14 720,00 €	16 918,38 €
Conservação e reparação	2 356,39 €	1 646,64 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	544,27 €	719,63 €
Material de escritório	1 676,08 €	1 724,66 €
Material didático	1 197,42 €	1 640,68 €
Eletricidade	5 475,69 €	6 259,58 €
Água	1 237,93 €	876,32 €
Outros fluidos - gás	2 558,70 €	3 251,33 €
Deslocações e Estadas	2 462,80 €	2 125,00 €
Rendas e Alugueres	200,00 €	200,00 €
Comunicação	1 099,60 €	1 154,10 €
Seguros	2 160,36 €	2 506,42 €
Limpeza, higiene e conforto	5 762,28 €	6 785,99 €
Encargos c/ saúde dos Utentes e vestuário e calçado	2 030,10 €	2 095,28 €
Total	45 603,20 €	48 960,46 €

17. Outros gastos e perdas e Juros e gastos similares

Para os períodos de 2017 e 2016 os outros gastos e perdas e juros e gastos similares foram os seguintes:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Cor. Relativas P. Anteriores	941,11 €	
Quotizações	90,00 €	
Multas		451,50 €
Total	1 031,11 €	451,50 €

18. Benefícios aos empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2017 foi de 23 colaboradores

18.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	ANO 2017	ANO 2016
Gasto com o pessoal	355 502,94 €	314 039,06 €
Remunerações dos órgãos sociais	- €	- €
Remunerações	261 255,68 €	255 260,62 €
Remunerações Certas	261 255,68 €	255 260,62 €
Indeminizações	31 709,86 €	89,22 €
Encargos sobre remunerações	58 266,45 €	56 147,92 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 664,90 €	2 351,55 €
Outros Gastos C/ Pessoal	606,05 €	189,75 €
- Apoio Médico	606,05 €	160,00 €
- Vestuário e Calçado		29,75 €
Total de gastos com o pessoal	355 502,94 €	314 039,06 €

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

20. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.